



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**DISLEXIA NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR NA CIDADE DE IPATINGA - MG**

MIRTES MARIA MARTINS

ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



MIRTES MARIA MARTINS

DISLEXIA NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR NA CIDADE DE IPATINGA - MG

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB - Pólo de Ipatinga-MG. Orientadora: Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

MIRTES MARIA MARTINS

DISLEXIA NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR NA CIDADE DE IPATINGA - MG

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

MIRTES MARIA MARTINS (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha Ana Paula, que me proporcionou um novo aprender e a cada dia foi luz para concretização deste trabalho.

A minha pequena Ana Clara, pelos dedinhos no teclado me pedindo colo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo ar que sopra em minhas narinas e pulsa meu coração oferecendo graças e conduzindo pelos caminhos tortuosos da vida.

A todos, que puderam em poucas palavras e muitas atitudes, se fizeram presente em pensamento. O meu muito obrigada!

EPIGRAFE

“No patrimônio ético-cultural da humanidade inteira há um comportamento que não pode faltar: a consciência de que seres humanos são todos iguais na dignidade, merecem o mesmo respeito e são sujeitos dos mesmos dever”

(João Paulo II)

RESUMO

Acredita-se que as crianças com dificuldades de aprendizagem, constituem um desafio em matéria de diagnóstico e educação, pois são crianças que não apresentam algum tipo de deficiência, ao contrário, são crianças que não conseguem aprender com a metodologia utilizada com outras crianças apesar de ter as bases intelectuais prontas para a aprendizagem. A pesquisa pretendeu discorrer sobre a temática da dislexia. O objetivo deste trabalho foi estudar a inclusão de alunos diagnosticados com dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Ipatinga-MG, além de identificar e compreender as limitações dos educandos que apresentam dislexia, bem como identificar ações, estratégias, atividades, metodologias e avaliações realizadas pelos professores para ensinar seus alunos com dislexia. E, ainda, Identificar as dificuldades encontradas pelos professores para ensinar alunos com dislexia, bem como sua percepção sobre a mesma. Como suporte teórico foram utilizados conceitos de autores como: Shaywitz (2006), Ciasca (2003), Gómez (2009), dentre outros. Para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa – estudo de caso. Os participantes desta pesquisa foram: Professora An1, que atua com alunos do 4º ano (turma de 9 anos), em sala do Ensino Regular, Professora An2, que atua com alunos do 5º ano (turma de 10 anos), em sala do Ensino Regular e a Professora An3, que atua na sala de recursos com todos os alunos com necessidades especiais. Como resultados tivemos uma boa reflexão sobre o processo de inclusão dos alunos com dislexia, sendo o estudo de grande valia para os demais professores. Além disto, foi possível compreender as limitações dos alunos, identificar as ações, as estratégias e metodologias dos professores para ensinar os mesmos. Quanto as dificuldades encontradas pelos professores elas são muitas, mas não são impossíveis de serem vencidas com o tempo. Por fim, ao acreditarmos na inclusão como uma realidade vivenciada nos dias atuais, esperamos que a presente pesquisa venha despertar o interesse de educadores pela aprendizagem de alunos com necessidades especiais em um âmbito geral.

Palavras-chaves: Dislexia - Dispraxia - Discalculia – Inclusão - Dificuldade de Aprendizagem.

SUMÁRIO

RESUMO	
APRESENTAÇÃO	9
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 O Processo de Construção do Conhecimento	12
1.2 Resgate Histórico Sobre as Dificuldades de Aprendizagem	14
1.3 Os Caminhos da Dislexia	17
1.4 Dificuldades Relacionadas a Alterações da Linguagem	19
1.5 Dificuldades de Leitura	20
1.6 Dificuldades de Escrita	22
1.7 Dificuldades na Matemática	23
1.8 Diagnosticando Crianças Disléxicas em Idade Escolar	
II – OBJETIVOS	27
III – METODOLOGIA	28
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	
A – Questionário Para o Professor (Modelo)	
ANEXOS	
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	

APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a cada dia a sociedade é mais competitiva e existe uma preocupação maior com o rendimento escolar dos alunos, tanto por parte dos pais quanto pelos educadores esquecendo que o bom rendimento não é a única alternativa para o sucesso pessoal e profissional de educandos com dificuldades de aprendizagem.

Acredita-se que as crianças com dificuldades de aprendizagem, constituem um desafio em matéria de diagnóstico e educação, pois são crianças que não apresentam algum tipo de deficiência, ao contrário, são crianças que não conseguem aprender com a metodologia utilizada com outras crianças apesar de terem as bases intelectuais prontas para a aprendizagem. Muitos desconhecem que essas crianças podem apresentar algum problema de ordem orgânica, psicológica, social, afetiva, ou outra variável. Com o disléxico não é diferente. Além disso, as descobertas sobre a dislexia são recentes e poucos são os teóricos que se interessam em pesquisar sobre o tema.

A questão da inclusão é um tema atual, e o interesse pelo tema, surgiu quando me deparei com crianças em sala de aula com diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, delimitei em estudo a dislexia como foco de pesquisa. Mas para falarmos de dislexia faz-se necessário discorrer sobre a dispraxia, discalculia e outras dificuldades de aprendizagem específicas.

Durante 3 anos seguidos acompanhei uma única turma na escola com 4 crianças com diagnóstico de dislexia. Todavia a decisão de acompanhar a turma deve-se ao desafio de aprender a trabalhar com disléxicos, ações e estratégias que facilitassem o seu desenvolvimento acadêmico na aquisição do conhecimento da leitura e escrita.

Sabe-se que a integração não passa pela mera colocação do educando disléxico em sala comum sem assisti-lo em suas necessidades, pois segundo Santos (2005),

a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno (re)constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitá-lo agir e reagir diante da realidade. cremos com convicção e com o respaldo do mundo que nos cerca, que, não há mais espaço para a repetição automática, para a falta de contextualização e para a aprendizagem que não seja significativa. (SANTOS, 2005, p. 142).

A escola que aposta no aluno enquanto sujeito capaz de construir e reconstruir conhecimentos vê a inclusão escolar como um processo gradual e dinâmico que pode tomar formas diferentes de acordo com as necessidades dos educandos. Para garantir o planejamento e execução de ações e estratégias respeitando as necessidades dos educandos, a escola deveria garanti-los, legitimá-los no Plano de Desenvolvimento da Escola para que os mesmos fossem realizados de fato, podendo ser amparados não só na lei bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), (1997) onde explicita que:

O sistema educacional do país se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. (BRASIL, 1997, p. 10).

Diante de tais palavras há uma necessidade de respeitar as diferenças entre as pessoas e a instituição escolar deve e pode propiciar aos seus educandos condições diversas que assegure seu desenvolvimento escolar respeitando suas reais necessidades.

O objetivo deste trabalho foi estudar a inclusão de alunos diagnosticados com dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Ipatinga-MG, além de identificar e compreender as limitações dos educandos que apresentam dislexia, bem como identificar ações, estratégias, atividades, metodologias e avaliações realizadas pelos professores para ensinar seus alunos com dislexia. E, ainda, Identificar as dificuldades encontradas pelos professores para ensinar alunos com dislexia, bem como sua percepção sobre a mesma.

Para efetivação dos objetivos este trabalho foi dividido em partes: A primeira com a Fundamentação Teórica, dividida em tópicos, abordando: no primeiro tópico o processo de construção do conhecimento. No segundo tópico foi feito um resgate histórico sobre as dificuldades de aprendizagem, o terceiro é apresentado os caminhos da dislexia, vindo a seguir as dificuldades de linguagem, leitura, escrita e na matemática, finalizando com o tópico diagnosticando crianças disléxicas em idade escolar.

A segunda parte encontra-se descritos os objetivos do trabalho. Na terceira parte tem-se a Metodologia aplicada nesta pesquisa tem como parâmetros

as idéias básicas de Maciel e Raposo (2010, p. 74) sobre o enfoque construtivista. Os participantes desta pesquisa foram: Professora An1, que atua com alunos do 4º ano (turma de 9 anos), em sala do Ensino Regular, Professora An2, que atua com alunos do 5º ano (turma de 10 anos), em sala do Ensino Regular e a Professora An3, que atua na sala de recursos com todos os alunos com necessidades especiais. Na quarta parte encontram-se os Resultados e Discussão dos dados coletados em campo e analisado tendo por base os autores que versam sobre o tema. Em seguida, na quinta parte tem-se as Considerações Finais do trabalho, bem como as Referências utilizadas para a elaboração do mesmo, Apêndices e Anexos.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O Processo de Construção do Conhecimento

No período embrionário quando as mães conversam, acariciam seu bebê estabelecendo e fortificando a relação existente entre ambos está ocorrendo aprendizagem através de conexões entre as células nervosas fazendo com que haja um aumento da agilidade mental da criança. Valle (2004, p.15), diz que “o aprendizado resulta de mudanças de comportamento através da experiência e exige como pré-requisito, a aquisição de conhecimentos e a capacidade de armazená-los (memória).” Para que ocorra aprendizagem este cérebro precisa desta memória. Riesgo (2006, p. 274) cita três fatores moduladores auxiliares da memória para o armazenamento da aprendizagem. São eles: “atenção, motivação e nível de ansiedade”, sendo que a relação existente entre eles é indivisível e muito próxima. A atenção é a principal devido aos inúmeros estímulos.

A quantidade de informações às quais estamos expostos é enorme, e não há dúvidas de que a maioria é redundante ou desnecessária. Há necessidade de aprender a lidar com esta torrente de impulsos, para somente utilizar aqueles que tenham validade para o propósito do aprendizado ou da reação. [...] a atenção dá o suporte neurobiológico para o primeiro passo mnemônico. Sem atenção não há como haver aquisição adequada da informação. E aquisição de novas informações é sinônimo de aprendizado. Sem aquisição de memória não vai haver consolidação, nem a possibilidade de evocação de memória alguma. (RIESGO, 2006, p. 274).

Na existência de inúmeros estímulos a atenção ajuda na seleção do que tem validade para ser armazenado. Novas informações, novas experiências, novo aprendizado e o que torna hoje um grande desafio é que toda esta construção do conhecimento vem passando por um processo de reflexão mediante a aceleração das mudanças e inovações. Mediante tamanha rapidez, torna-se necessário promover uma aprendizagem de forma significativa e marcante. Segundo Santos (2005, p. 141)

[...] a evolução da humanidade depende diretamente da evolução de como vemos e compreendemos o mundo e essa visão é essencialmente determinada pela maneira pela qual aprendemos a aprender esse mundo. [...] o conceito de aprendizagem teve que se tornar mais dinâmico e aprender passou a ser exigência instrumental, relativa e deixou de ser capacidade determinante, absoluta e estanque. A sobrevivência no mundo atual e no mundo que se

anuncia dependerá da habilidade de saber aprender e “desaprender” com certa desenvoltura.

Para que este aprender se torne fato concreto é necessário mudanças de atitudes, mudanças na crença que todos aprendem da mesma maneira, mudanças deixando os modelos tradicionais de que o aluno deve simplesmente receber informações.

A escola ganha destaque por ser este o local em que o processo educativo se torna o foco para o estabelecimento de relações enquanto vínculo integrativo da sociedade.

Echeita e Martín (1995) enfatizam que a atividade do aluno ou do grupo de alunos é condicionada pela atividade do professor. Dele depende a organização da classe e também da interação. Sendo assim, não se pode estudar a atividade dos alunos independentemente da atividade do professor.

Segundo Correia (2001, p. 90-91)

[...] a aprendizagem escolar não deve ser entendida como uma recepção passiva de conhecimento, mas como um processo ativo de elaboração; ao longo deste processo, podem ocorrer assimilações de conteúdos incompletas ou mesmo defeituosas que são, no momento, necessárias para que o processo continue com êxito; o ensino deve se realizar de tal maneira que favoreça as múltiplas interações entre o aluno e os conteúdos.

As “assimilações de conteúdos incompletas” a que se refere a autora são os atropelos, os obstáculos, as dificuldades que os educandos encontram para o processamento da aprendizagem. Esta mesma autora afirma;

O grau de dificuldade para aprender depende do tipo de obstáculo a ser superado para que o sujeito aprenda. Pode ser um problema de desenvolvimento, em que faltam as estruturas cognitivas necessárias para compreender, ou um problema de aprendizagem, em que existem os esquemas necessários e a compreensão depende do funcionamento dos mecanismos cognitivos. (CORRÊA, 2001, p. 91).

A estas dificuldades Gomez e Teran afirmam que é fundamental que não seja qualificado como problemas de imediato. “o que os torna significativos é quando esses comportamentos se repetem”. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 30). Desta forma se torna importante um resgate histórico sobre as dificuldades de aprendizagem.

1.2 Resgate Histórico sobre as Dificuldades de Aprendizagem

No processo histórico, várias denominações fizeram parte dos estudos de pesquisadores sobre as dificuldades específicas de aprendizagem.

Para Ciasca (2003) os

primeiros relatos médicos a respeito dos problemas acadêmicos em crianças consideradas “normais”, desconsiderando-se outros aspectos, surgiram na literatura inglesa, na virada do século passado com Hinshelwood 1917, oftalmologista de Glasgow, que considerou essa dificuldade como “cegueira congênita das palavras”. (CIASCA, 2003, p.23).

Outro pesquisador, Samuel Orton foi um dos primeiros a descrever um quadro que ele chamou de “estrefossimbologia”, dificuldade em reconhecer símbolos. Para o Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem (EUA, 1997) as

Dificuldades de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas desordens são intrínsecas ao sujeito, presumidamente, devido a uma disfunção no sistema nervoso central, podendo ocorrer apenas por um período na vida... (Interagency Committee on Learning Disabilities, 1987, p. 222 *apud* GARCÍA, 1998, p.14).

Dando segmento ao histórico das dificuldades Kirk (1962, p. 263) *apud* García (1998) apresenta a primeira definição de dificuldade de aprendizagem

refere-se a um retardamento, transtorno ou desenvolvimento lento em um ou mais processos da fala, linguagem, leitura, escrita, aritmética ou outras áreas escolares, resultantes de um handicap causado por uma possível disfunção cerebral e/ ou alteração emocional ou condutual. Não é o resultado de retardamento mental, privação sensorial ou fatores culturais e instrucionais. (GARCÍA, 1998, p.8).

Várias definições, vários pesquisadores e varias ciências estudam as dificuldades. Atualmente acredita-se que a compreensão de todo o processo de aprendizagem deve ser de conhecimento de todos para que juntos possam achar os meios para concretizar a aprendizagem. Para realizar com êxito a aprendizagem é

necessário que tenha ocorrido algum desenvolvimento neurológico e psicológico. Ao longo do processo histórico sobre aprendizagem as definições sofreram modificações.

Em 1988 como aplicação e desenvolvimento da Lei Federal nos EUA, o *National Joint Committee on Learning Disabilities* (NJCLD, 1988, p.1) apresentou a melhor definição sobre dificuldades de aprendizagem. García (1998) descreve esta definição;

Um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção social e interação social, mas não constituem, por si próprias, uma dificuldade de aprendizagem. Ainda que as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes (por exemplo, deficiência sensorial, retardamento mental, transtornos emocionais graves) ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instrução inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências. (GARCÍA, 1998, p. 32).

Este mesmo autor apresenta um histórico sobre as dificuldades e faz uma comparação entre as definições sendo que esta comparação realizou-se em torno dos seguintes nove elementos e prevaleceu aquela que melhor se aproxima do consenso.

1. Baixo rendimento
2. Etiologia de disfunção do sistema nervoso central
3. Processos envolvidos
4. Problemas presentes durante o ciclo vital
5. Problemas de linguagem falada como possível dificuldade de aprendizagem
6. Problemas acadêmicos como possíveis dificuldades de aprendizagem
7. Problemas conceituais como possível dificuldade de aprendizagem
8. Outras condições como possíveis dificuldades de aprendizagem
9. Coexistência, exclusão ou ausência de outro handicap superposto. (GARCÍA, 1998, p. 36).

Essas nove condições deram ao *National Joint Committee on Learning Disabilities* (NJCLD) como melhor definição sobre dificuldades de aprendizagem.

Destas definições originaram outras como a que Pain (1983) *apud* Gómez e Terán (2009) descreveram

Podemos considerar o problema de aprendizagem como um sintoma, no sentido de que o não aprender não configura um quadro permanente, mas sim entra numa variedade peculiar de comportamentos nos quais se destaca como sinal de descompensação. Nenhum fator é determinante do seu surgimento e ele aparece da fratura contemporânea de uma série de concomitantes. [...] o sintoma deve ser entendido como um estado particular de um sistema que, para equilibrar-se precisou adotar este tipo de comportamento que merecia um nome positivo, mas que caracterizamos como não-aprendizagem. Assim, pois, a não aprendizagem não constitui o contrário de aprender, já que como sintoma está cumprindo uma função positiva tão integradora como a primeira, porém, com outra disposição dos fatores que intervêm. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 94).

Não poderia deixar de considerar Fonseca (1995) que define dificuldades de aprendizagem como

A deficiência e as Dificuldades de Aprendizagem (DA), dependem de um potencial genético desfavorecido, respeitando igualmente a intrusão inapropriada (ou infeliz) dos fatores pré e perinatais. [...] A deficiência e as dificuldades de aprendizagem, são equacionadas como um problema de natureza evolutiva, cuja causa hereditária é pilogenética. Nessa concepção, a hereditariedade só atua sozinha no momento da formação do zigoto. Em todos os outros processos embrionários e fetais, ou neo e pós-natais, o potencial hereditário é modificado e ativado pelas influências do meio. (FONSECA, 1995, p.135-136).

Novas ciências foram incorporadas aos estudos, outras e novas maneiras de classificar foram surgindo. Isto inclui a abordagem Psicopedagógica. Neste sentido Romero (2004) comenta sobre alguns aspectos das dificuldades de aprendizagem. Para ele

As Dificuldades de Aprendizagem podem ser qualificadas como *generalizadas*, por afetar quase todas as aprendizagens (escolares e não-escolares), e como *graves*, por serem afetados vários e importantes aspectos do desenvolvimento da pessoa (motores, lingüísticos, cognitivos, etc...), geralmente como consequência de uma lesão ou de um dano cerebral manifesto, observável, cuja origem é adquirida (durante o desenvolvimento embrionário ou em acidente posterior ao nascimento), ou fruto de alguma alteração genética. Por ultimo, também são qualificadas como *permanentes*, já que o prognóstico de solução das dificuldades de aprendizagens é muito pouco favorável. (ROMERO, 2004, p. 53).

Em tempos atuais os inúmeros estudos sobre a compreensão dos mecanismos cerebrais são sem dúvida, revolucionários. O caminho das Dificuldades de Aprendizagem (DAs) tem evoluído consideravelmente. Os fatores neurológico e psicológico não são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento das dificuldades de aprendizagem, eles são apenas os fatores desencadeantes para a concretização da aprendizagem e, conseqüentemente do desenvolvimento.

Quando se detecta que um aluno não consegue assimilar determinado conteúdo, é importante que desenvolva estratégias variadas, colocando o assunto de diferentes maneiras, até que seja possível a superação da dificuldade. Desta forma torna-se de extrema importância quando o professor conhece as necessidades de seus alunos e respeita as suas diferenças, isto torna mais fácil inovar nas ações e estratégias metodológicas que desenvolva as habilidades dos mesmos.

1.3 Os Caminhos da Dislexia

Certos de que a dislexia não representa uma incapacidade de pensar e sim uma dificuldade de leitura e escrita apresentamos alguns estudos sobre o assunto. Uma das Dificuldades de Aprendizagem que se destaca nos meios escolares é a dislexia. Sua história remonta o final do século XIX, 1896, segundo Shaywitz (2006, p. 25) quando médicos da Inglaterra e centro da Escócia escreveram artigos sobre crianças inteligentes e brilhantes que não conseguiam ler. As letras não tinham o menor significado para elas. O primeiro nome que a dislexia recebeu foi “cegueira verbal”. Sempre encaminhados aos oftalmologistas com o diagnóstico de cegueira, quando em 21 de dezembro de 1895, Hinshelwood relata em um periódico de medicina o caso de um professor de Frances que não conseguia ler uma letra se quer de um exercício que fora lido e corrigido na noite anterior. Segundo Shaywitz (2006, p. 27)

este relato é importante por várias razões – principalmente pela clareza de sua descrição clínica da dificuldade adquirida na leitura em contraposição aos problemas de leitura que são secundários a danos oftalmológicos específicos que atingem a visão ou a acuidade visual de uma pessoa.

Vários relatos seguem no percurso histórico sobre dislexia como o citado pela mesma autora que quando a dificuldade de aprendizagem relacionada à leitura e escrita é detectada em crianças com QI normal ou até mesmo superior podem ser diagnosticado uma dislexia. Para Shaywitz

A maior parte das crianças deseja aprender a ler e escrever e, de fato o fazem rapidamente. Para a criança disléxica, contudo a experiência é muito diferente; a leitura, que parece ser algo que as outras crianças atingem sem esforço nenhum, é algo além de seu alcance. (SHAYWITS, 2006, p. 19).

Quando refere às crianças com sinais de dificuldades específicas, evidenciam as dificuldades de aprendizagem, dislexia (que compreendem dificuldade de leitura, escrita, dentre outras). Dispraxia (dificuldades de adquirir movimento). Essas crianças com dificuldade específica precisam de programa específico, que podem ser usados com crianças com deficiência física e sensoriais e motor.

Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem só podem ser registrados se suas dificuldades forem significativas e persistentes, dentro das oportunidades de aprendizagem apropriadas. De acordo com as Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a orientação apresenta definições de dislexia, dispraxia, discalculia. Os alunos com dislexia apresentam dificuldades para aprender a ler, escrever, soletrar, porém desenvolvem outras habilidades. As crianças que apresentam discalculia tem dificuldades para adquirir habilidades matemáticas. Por sua vez os alunos com dispraxia apresentam imaturidade da organização dos movimentos. Habilidades motoras amplas e finas.

Das dificuldades específicas de aprendizagem este estudo focalizara a dislexia, não deixando de ler algumas falas sobre a discalculia, a dispraxia dando ênfase a dislexia.

1.4 Dificuldades Relacionadas a Alterações da Linguagem

De acordo com Valmaseda (2004) de uma maneira geral, a etapa que vai dos 18 meses até os 6 anos pode ser considerada como uma etapa estritamente fonológica pois nesse período que se produz a construção e a descoberta dos sistema fonológico da própria língua. E entre 5 e 6 anos as crianças já adquiriram a

maior parte do sistema fonológico, embora alguns elementos concretos exijam mais tempo.

A autora faz algumas observações sobre as dificuldades encontradas na aquisição da linguagem e diz que há uma diferença entre problemas de comunicação, de fala, e de linguagem. Para ela os problemas graves de comunicação referem-se às dificuldades que implicam transtornos como o autismo e a psicose.

O mutismo seletivo – caracterizado pela ausência total e persiste da linguagem em determinadas circunstâncias;
A disfemia ou gagueira – alteração da fluidez da fala. Há a disfemia psicológica e a de desenvolvimento;
Dislalia – caracteriza-se por ser um transtorno na articulação dos sons, devido a má discriminação auditiva;
A disglosias – também chamada de dislalias orgânicas, são dificuldades na produção oral devido a alterações anatômicas e ou fisiológicas dos órgãos articulatórios. (VALMASEDA, 2004, p.74-75)

Neste sentido Capelline (2003), faz algumas observações, como:

É necessário entendermos que prejuízos ou atrasos no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral, decorrentes de disfunção neuropsicológica, fator genético ou neurológico, acarretam dificuldades lingüístico-cognitivas, que se refletem na aprendizagem da leitura e escrita, ocasionando os chamados distúrbios específicos de leitura (dislexia) e o distúrbio de aprendizagem sem retardo mental. (CAPELLINE, 2003, p. 130).

Para Capelline se torna cada dia mais crescente o número de crianças com fracasso escolar que em idade adequada não foi detectado os distúrbios específicos da aquisição da linguagem. Gerber (1996) *apud* Capelline (2003, p. 130) verificou que

o ciclo do fracasso escolar é em decorrência de déficits lingüístico-cognitivos presentes em crianças com distúrbios de aprendizagem relacionados a linguagem. Em geral, esses déficits podem ocasionar problemas de aprendizagem verbal-auditiva, sobretudo dificuldades no processamento de informação linguisticamente codificada, gerando uma base de conhecimento que interfere no desenvolvimento e na eficácia do uso de estratégias de aprendizagem, resultando no aprendiz inativo, susceptível a desatenção, à impulsividade de respostas, à diminuição da motivação e do esforço no domínio de habilidades básicas para aprendizagem em sala de aula. (CAPELLINE, 2003, p. 130).

Muitas vezes este tipo de dificuldade pode ser confundido com falta de atenção e concentração, de comportamento e como falta de capacidade. Este tipo de dificuldade coloca em desvantagem o aluno que apresenta a dificuldade específica em relação ao aluno que não apresenta as dificuldades, porém com trabalhos específicos e ajuda da família a criança consegue superar o problema e avançar.

1.5 Dificuldades de Leitura

Aprender a ler amplia os horizontes da criança. Nos livros é possível viajar e conhecer o mundo. O universo de palavras existente aumenta consideravelmente o léxico da criança nesta fase. Sabe-se que as informações advindas do meio são captadas pelos órgãos da visão e audição. No caso específico da leitura silenciosa as vias de acesso ao cérebro são as visuais, no caso de leitura oral a via de acesso será a princípio a visual sendo que a medida que as palavras são articuladas o som é captado pelas vias auditivas. Se acaso a recepção ocorrer de forma distorcida, o cérebro processará a informação errada.

Gómez e Terán (2009, p.154) afirmam que

Para que esse processo seja possível é necessário que exista uma maturidade adequada das bases neurofuncionais que o sustentam. Estas bases são a sustentação de todas as modalidades perceptivas, sobretudo da visual e auditiva, que marcam a maneira, o estilo e a forma como ocorre esse processo. Esta aprendizagem não envolve somente uma simples associação de neurônios que intervêm, mas também a integração das diferentes destrezas que o cérebro utiliza para processar a informação dada pelos grafemas e fonemas que são percebidos pela visão e pela audição. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 154).

Estes autores fazem uma descrição de como se dá o processo de leitura

Aprender a ler não significa somente associar letra com som e palavra com significado, mas sim implica aprender uma forma de decodificação diferente da que é utilizada na linguagem oral. Nesta forma de decodificação é preciso: receber, reconhecer, elaborar e interpretar símbolos. São estabelecidas uma série de associações visoauditivas, visoespaciais, audiovisuais e visomotoras complexas, sucessivas e simultâneas. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 154).

Este processo não acontece de forma isolada, em que cada parte executa a sua função. O processo é simultâneo e tem a ajuda dos hemisférios cerebrais, cada um com a sua função agindo de maneira simultânea. Gómez e Terán (2009) descrevem a função de cada hemisfério no momento da leitura

o hemisfério direito ajuda a reconhecer a palavra como um todo. Está especializado para recolher dados sensoriais e formar imagens. Não é regido pela lógica, é anárquico e funciona pela intuição. Funciona de forma global e simultânea. As imagens mentais têm grande conteúdo afetivo. Este hemisfério processa os dados perceptivos, cria esquemas novos sem a necessidade de relacionar-se com os anteriores, faz a função de sintetizar, não de analisar.

O hemisfério esquerdo processa os dados simbólicos, compara os dados novos com os pré-existentes, trabalha analiticamente, é regido pela lógica. Estes dados são codificados em conceitos, o que permite criar um mundo conceitual e objetivo. Este hemisfério é o substrato das linguagens proporcionais que são construídas em seqüências, a linguagem verbal e a linguagem musical. Conforme as ações se automatizam intervém mais o hemisfério esquerdo na velocidade e qualidade do processamento, enquanto o direito continua processando a nova informação que entra e utiliza os aspectos criativos necessários para a atividade. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 154).

Vários são os processos envolvidos na compreensão da leitura, e quando os processos acontecem de forma normal e natural os mecanismos tornam-se automáticos e a leitura flui sem a necessidade da criança preocupar com a compreensão do que esta lendo.

Sanchez (2004) faz uma referencia ao assunto quando se refere as dificuldades encontradas pelo educando. (o que não será tratado em profundidade neste trabalho)

Em primeiro lugar, podem-se encontrar alunos cujas dificuldades residem no domínio das operações envolvidas no recolhimento das palavras. Trata-se de alunos que cometem erros ou que são lentos ao operar a via léxica, a fonológica ou ambas, mas que não teriam problemas na compreensão da linguagem. Em geral são chamados disléxicos, ou se preferir, alunos com dificuldades específicas na aprendizagem da leitura. (SANCHEZ, 2004, p. 100).

1.6 Dificuldades de Escrita

A partir de agora será possível colocar em um papel todos os sentimentos, as idéias como expressão do desenvolvimento. Para tanto é necessário passar por estágios. Para Ajuriaguerra (1977) *apud* Morais (1997) o grafismo passa por três estágios de evolução que acompanham os estágios de desenvolvimento geral da criança. São eles: pré-caligráfico, o caligráfico infantil e pós-caligráfico. A duração de cada um coincide com é de 2 a 4 anos. Morais (1997) acredita que é necessário que o professor conheça estes estágios para evitar com que seja exigido da criança um grafismo acima da fase de desenvolvimento na qual ele se encontra.

Não se pode exigir uma precisão no grafismo e um tempo de escrita idêntico ao de uma criança que se encontra na fase caligráfica infantil. As limitações de cada fase, impostas pelo desenvolvimento motor, devem ser respeitadas e, ao mesmo tempo, a criança deve ter estimulação adequada a qual facilitará a evolução do grafismo. Nessa estimulação, além dos exercícios gráficos, devem estar incluídas orientações sobre a postura corporal correta, a preensão do instrumento de escrita (lápiz, caneta) e a posição da folha de papel. (MORAIS, 1997, p. 125).

Este autor faz algumas observações com relação aos fatores que interferem no desenvolvimento gráfico causando dificuldades para aprender, como o desenvolvimento da motricidade, pois, a criança deve ter um certo domínio motor para frear e coordenar os instrumentos. Também é preciso ter ocorrido um desenvolvimento mental global, pois a escrita exige além da obediência a uma determinada orientação e seqüência espacial que se obedeça a seqüência dos sons das letras. Para Gómez e Terán (2009) é necessário

Ter as bases funcionais necessárias [...] vemos então, que a maturidade cerebral desempenha aqui também um papel muito importante. A mão é um órgão que nos permite perceber ao mesmo tempo em que aprendemos; foi sendo progressivamente desenvolvida ligada a evolução do cérebro. O cérebro, por sua vez, depende para seu desenvolvimento das praxias manuais. (GOMÉS e TERÁN, 2009, p. 156).

A linguagem oral é muito importante, pois se escreve o que fala e falando errado, escreverá errado. O desenvolvimento sócio afetivo faz parte da escrita devido ao fator motivação. Quanto mais motivada a criança estiver, mais interesse ela terá para estudar e aprender. “É necessário que primeiro exista um motivo, uma

necessidade, um desejo, a qual seja acompanhada do poder fazer.” (GÓMEZ e TERÁN, 2009, p. 156).

Em seus estudos Morais (1997) descreve que uma deficiência no fator motricidade, no fator desenvolvimento mental global, na linguagem e no fator sócio afetivo pode ocasionar dificuldades na aprendizagem da escrita como:

Estas dificuldades podem traduzir-se numa disgrafia (quanto a qualidade da escrita é deficitária – escrita ilegível, lenta – não havendo nenhum déficit neurológico ou intelectual que explique esse distúrbio), ou por uma disortografia (dificuldade de escrever corretamente a linguagem falada). A disgrafia está mais relacionada com a qualidade do traçado, enquanto a disortografia implica em trocas ortográficas. (MORAIS, 1997, p. 138).

1.7 Dificuldades na Matemática

Para alguns um tormento, para outros um prazer. O certo é que devido as inúmeras dificuldades apresentadas com a matemática fez desta disciplina uma preocupação a mais nos resultados finais de aprovação.

Segundo Starepravo (2005, p. 24) “a relação da criança com a matemática deve nos levar, enquanto professores, a refletir sobre a própria concepção que temos de educação e dos processos de ensino e de aprendizagem.” Neste sentido Gómez e Terán (2009, p. 178) colocam que as preocupações sobre a matemática “nos leva a questionar as mudanças que devem existir na educação.” Entre outras coisas para este autor em uma sala de matemática deve-se ter em conta que:

- A tecnologia deve ter um papel importante na aula.
- A matemática deve ser relacionada com a vida diária. Os estudantes devem aprender matemática com exemplos reais da vida cotidiana.
- Os conhecimentos de como as crianças aprendem deve ser parte integrante das estratégias que são utilizadas.
- Os estudantes devem ver a matemática como uma ferramenta importante na resolução de problemas;
- Os estudantes devem dominar as noções matemáticas básicas pára compreender os processos posteriores. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 178/179).

Starepravo (2005) ao analisar a bagagem advinda dos alunos e refletir sobre o caráter ativo da aprendizagem faz a seguinte observação:

Temos aqui uma modificação muito importante na concepção de aprendizagem de matemática. Em vez de aprender contas e fórmulas para depois resolver problemas (usando o que foi supostamente aprendido) a idéia é de que as contas e formulas serão aprendidas pelos alunos à medida em que resolvem problemas. Assim, os problemas devem ser aprendidos antes de se ensinar como resolvê-los. (STAREPRAVO, 2005, p. 27).

Autores como Gómez e Terán (2009) dizem que a

Essência da matemática é a compreensão. Envolve esforço constante unido a informação acumulada para adquirir novos conhecimentos. [...] Se as crianças concentram-se nas relações ao invés da pura memorização, sua aprendizagem será mais significativa, duradoura e prazerosa [...] é importante compreender que para a aprendizagem significativa é necessário que seja dado tempo a criança. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 179).

Estes autores apresentam algumas áreas de dificuldade que podem interferir no desempenho em matemática;

Habilidades espaciais – dificuldades em relação a distancia, tamanho e formar seqüências.

Perseverança – as dificuldades de passar mentalmente de uma tarefa para a outra apresenta dificuldades no desempenho de problemas que exigem múltiplas operações;

Linguagem – dificuldades em compreender os termos primeiro, seguinte, maior que, menor que. Problemas precisam ser lidos, a criança apresenta dificuldades para tal.

Raciocínio abstrato – as dificuldades de compreender termos abstratos dificultam o raciocínio de problemas;

Memória – relembrar informações que lhes foram apresentadas;

Processamento perceptivo – problemas na escrita de quantidades, na realização de operações.

Problemas emocionais – esta área requer persistência e concentração. (GOMÉZ e TERÁN, 2009, p. 179).

1.8 Diagnosticando Crianças Disléxicas em Idade Escolar

Para Ciasca (2003)

O objetivo do diagnóstico de dislexia é elaborar um mapa funcional das estrutura mentais, o que vai descrever o fluxo do processamento da informação por meio de rotas funcionais, que são caminhos eou dinamica de estruturas funcionais, que determinam como o cérebro processa e organiza elementos mentais necessários para a aprendizagem. (CIASCA, 2003, p. 190).

A princípio a dislexia não é percebida, pois quando a criança demonstra algumas dificuldades ela já está na escola e lá o professor irá verificar a aprendizagem. Ai é que é descoberta, pois os resultados não são os esperados.

Para Shaywitz (2006) a avaliação de hoje em dia coloca em prática tudo o que aprendemos sobre leitura e os problemas de leitura.

É uma avaliação focada, segue uma determinada estrutura e reflete um raciocínio científico. A avaliação segue as regras determinadas pela definição de dislexia: uma dificuldade de leitura de uma criança ou adulto que em todos os outros aspectos possui boa inteligência, forte motivação e escolaridade adequada. (SHAYWITZ, 2006, p. 109).

Ciasca (2003, p. 181) faz uma referência ao processo de aquisição da leitura dizendo que “componentes e subcomponentes da leitura estão associados a diferentes regiões do cérebro e são seletivamente processados para identificar, classificar e armazenar a informação, até a emissão da palavra propriamente dita”.

Isto implica uma série de conexões em partes diferentes do cérebro que deverão acontecer ao mesmo tempo, para que seja emitida uma única palavra. Além disto segundo Ciasca (2003)

aprender a ler não é um ato isolado, porque quando a criança aprende a ler está simultaneamente aprendendo a soletrar e a escrever, portanto, processando informações não só em nível visual e auditivo, mas também atencional, seqüencial, conceptual e de fala, em diferentes fases do desenvolvimento. (CIASCA, 2003, p.182).

Este é o ato mais complexo e difícil de ser realizado pelo ser humano. Difícil também é o seu diagnóstico. Detectado em fase escolar, pois somente em idade entre 6 anos que a criança entra para a escola e até então considerada normal passa a ter dificuldades para ler e escrever, e calcular. Ciasca (2003) cita que

O processo investigativo começa quando temos a necessidade de diferenciar a dislexia dos transtornos associados à leitura como: a) transtornos secundários da leitura - em que se evidencia uma causa direta, que leva ao prejuízo no processamento da informação; b) dificuldade de aprender a ler – que se manifesta por meio de vários déficits, como cognitivo, perceptual, sociocultural, os quais conduzem a falha no processo de aprendizagem; e c) atraso simples em leitura – quando a criança lê de forma deficitária, porém

compatível com sua capacidade intelectual e cognitiva. (CIASCA, 2003, p.189).

Inicialmente há uma queixa do professor que a criança apresenta certa dificuldade específica e, desta forma, é encaminhado para uma avaliação. Este procedimento inicial não caracteriza a confirmação da dislexia. Para Shaywitz (2006, p. 110) a avaliação deve atender o indivíduo e ser adequado a sua idade e nível de escolaridade. Para a autora o primeiro passo é escolher um texto para o teste de leitura que consiste em observar dois componentes a *decodificação* e a *compreensão*. Esta fase inicial concentra-se no fato de a criança ler bem as palavras e do quanto as compreende. O teste de compreensão da leitura é realizado em silêncio, mas também o teste oral é bastante útil, pois permite observar de imediato o esforço que a criança dispense para tal procedimento.

II OBJETIVOS

Geral

- Estudar a inclusão de alunos diagnosticados com Dislexia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Ipatinga-MG.

Objetivos Específicos

- Identificar e compreender as limitações dos educandos que apresentam dislexia;
- Identificar ações, estratégias, atividades, metodologias e avaliação utilizadas pelos professores para ensinar seus alunos com dislexia;
- Identificar as dificuldades encontradas pelos professores para ensinar alunos com dislexia;
- Analisar as contribuições de estudos sobre a dislexia.
- Identificar e descrever a percepção que o professor possui sobre a Dislexia;

III- METODOLOGIA

3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Para a realização do presente trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa – estudo de caso. A metodologia aplicada nesta pesquisa tem como parâmetros as idéias básicas das autoras Maciel e Raposo (2010, p. 74) sobre o enfoque construtivista que defende o sujeito humano como um ser ativo, que dispõe de uma competência cognitiva que lhe permite ser construtor do seu próprio conhecimento e a noção da importância do contexto para aprendizagem. Outra idéia básica trazidas pelas autoras é que “só é possível compreender os processos envolvidos na aprendizagem quando essa experiência é observada a partir de contextos específicos e significativos.” (MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 75).

Neste sentido o observador se torna co participante de todo o processo de aquisição da aprendizagem. Este tipo de pesquisa qualitativa proporciona resultados significativos, no sentido de proporcionar uma visão ampla além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade. Branco e Valsiner (1997; 1999) *apud* Maciel e Raposo (2010, p. 79) diz que neste modelo, os processos de pensamento e reflexão do investigador estão em contínua interação dialética com o fenômeno investigado levando, assim à construção de novos conhecimentos.

3.2 Contexto da Pesquisa

O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Olívia Palito (nome fictício) localizada no Bairro Iguaçu, cidade Ipatinga-MG. A instituição está situada em um bairro de periferia que possui estabelecimentos comerciais, um posto de saúde, bancos, escolas municipais, estaduais e particulares.

É uma instituição pública mantida pelo município oferecendo a Educação Básica: Ensino Fundamental até o 5º ano, Educação Infantil e Creche.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição, vimos que sua história começou no dia 22 de agosto de 1970, na gestão do interventor Almir Ribeiro Tavares que baseado na lei municipal nº 258/70, criou a Fundação Municipal Lucas Machado (FMLM), com o objetivo de assegurar assistência médica,

odontológica e social à população carente do município de Ipatinga/MG, na qual funcionavam com 330 funcionários, 05 carros e 04 ambulâncias. Durante o período de existência da Fundação, desenvolveu-se o Programa de Amparo ao Menor Abandonado, criando assim a Unidade do GAMI – (Ginásio de Assistência ao Menor Infrator), na qual subvencionava entidades do município que trabalhavam com a questão de assistência ao menor.

A Unidade da escola Olivia Palito foi fundada em 1973, para atender a menores carentes e sem família, em regime de internato, na faixa-etária de 0 a 18 anos, numa área de 130.000m². A entidade funcionava com seu serviço de adoção para os menores encontrados abandonados, e/ou cujos pais ou responsáveis assinassem um termo de permissão para adoção. A entidade baseou-se na Sanção da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde um dos direitos é a convivência familiar e comunitária, garantida na sanção 1.

Em 1989, visando atender melhor as necessidades da comunidade, conselheiros, funcionários e comunidade reuniram-se para criar os serviços de creche, com todos os direitos garantidos por lei. Os internos foram encaminhados à suas famílias e responsáveis. Surgia então a Unidade de Educação Infantil Olivia Palito. Dentre os internos, 04 casos continuaram por um tempo, em regime de internato, por motivo de não encontrarem suas respectivas famílias. Devido às dificuldades da instituição em prestar assistência básica a três internos com necessidades especiais, eles foram encaminhados à Creche Infantil do Bairro Esperança, ficando nessa Unidade apenas um, hoje com 38 anos.

Em fevereiro de 1990, veio para a Unidade de Educação Infantil Olivia Palito, alunos em anexo da Escola Municipal AG. Apenas em 1992 que a Escola Municipal Olivia Palito, teve seu registro oficial como escola criada pela Lei Municipal nº 1.162/91, autorizada a funcionar independentemente da Escola Municipal AG, pela portaria nº 713/92. A presente instituição passou a funcionar a partir desta data, com duas unidades independentes: creche e escola.

Em 28 de novembro de 1998, reuniram-se conselheiros, pais, funcionários, educandos e educadores para participar do processo eleitoral de unificação da Escola Olivia Palito com uma creche existente ao lado do prédio. Com a unificação a presente instituição passou a ser chamada Unidade de Educação Infantil e Ensino Fundamental Olivia Palito.

A rede física da escola atende às necessidades básicas. O prédio está com uma parte em reforma – salas do berçário e maternal I. A cozinha está sendo construída dentro do refeitório e o espaço que era utilizado anteriormente passou a ser mais uma sala para atendimento da creche. No ano de 2009 foi incorporado ao espaço da escola, um prédio vizinho da prefeitura, aumentando com isso, um salão para eventos (onde funcionarão também as oficinas de dança e judô do Programa Mais Educação), e mais 4 salas de aula menores, utilizadas pela Creche e Educação Infantil.

O perfil dos alunos é formado, em sua maioria, por alunos carentes, na faixa etária de 0 a 11 anos. A maioria é frequente e alguns demonstram, às vezes, falta de interesse nas aulas, ocorrendo situações e momentos de indisciplina. Poucos têm acompanhamento da família nas atividades extra classe, comprometendo assim o processo ensino-aprendizagem. Geralmente, estes mesmos alunos que não têm acompanhamento, não há participação das famílias nos eventos ou reuniões realizados pela escola.

O corpo docente é composto por professores efetivos e contratados. Todos possuem curso superior, prevalecendo Pedagogia, Letras e Normal Superior. Um número significativo possui Pós-Graduação.

A equipe diretiva é composta por uma diretora e duas vices-diretoras eleitas pelo corpo docente e comunidade, para um mandato de 4 anos, sendo este o último ano. A escola possui duas coordenadoras, escolhidas pelo corpo docente, que atuam juntas na equipe diretiva, pelo mesmo período do mandato. Também participa da equipe diretiva a secretária, indicada pela prefeitura.

Os professores regentes são os mesmos professores que atendem seus alunos na biblioteca e na sala de informática nos turnos matutino e vespertino. Cada turno conta com dois Professores Auxiliares (PA) que suprem a falta dos demais professores e auxiliam a equipe diretiva.

A escola tem 3 auxiliares de secretaria e conta ainda com 17 auxiliares de serviços gerais e uma monitora na creche.

A caixa escolar, com constituição e atribuições determinadas em estatuto próprio, aprovado pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, tem por finalidade administrar verbas destinadas à Unidade de Ensino.

A linha atual de trabalho busca desenvolver no educando o espírito de solidariedade, e que deve ser o alicerce firmado na rocha do respeito, resgatando

valores esquecidos na família e na sociedade. Em outros paradigmas, prevalece respeito ao desenvolvimento harmônico das potencialidades do educando, propiciando segurança e proteção da emoção. O processo ensino-aprendizagem concretiza-se nas relações entre alunos, objetos de conhecimento e professor, tendo como elemento central a construção de significados.

São desenvolvidos na escola vários projetos interdisciplinares como: comemorações de datas específicas (Páscoa, Índio, Dia das Mães, Festa Junina, Folclore, Festa da Primavera, Cantata de Natal). Amostra Cultural e o Programa Mais Educação em parceria com o governo federal, que a escola aderiu neste ano de 2010.

O Programa Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB), situadas em capitais, regiões metropolitanas e territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que requerem as convergências prioritárias de políticas públicas.

A avaliação do sistema educacional nessa instituição é contínua, processual, dinâmica, participativa, diagnóstica e investigativa. Acontece durante todo o processo ensino-aprendizagem.

Quanto ao rendimento dos alunos, são distribuídos 100 pontos em 4 bimestres, no valor de 25 pontos cada. A média para aprovação é de 50%, sendo que só pode haver reprovação ao final do 3º e 5º ano do ciclo. Em cada bimestre há recuperação paralela quando o aluno não alcança a média citada.

Os alunos da Educação Infantil e 1º ano do ciclo são avaliados através de conceitos e o portfólio do aluno é realizado desde o berçário até o término da educação infantil.

A instituição tem como forma de representatividade da comunidade o Conselho Escolar. É uma entidade consultiva e deliberativa de apoio técnico-

administrativo e pedagógico da unidade de ensino, que tem por objetivo geral a democratização do sistema de ensino.

O Conselho Escolar é formado pelo presidente, a diretora da escola, vice-presidente, 1 tesoureiro e suplente, 1 secretário e suplente, conselheiros fiscais sendo representados pelos segmentos: professor, auxiliares de serviços gerais e pais, com seus respectivos suplentes. Um conselho deliberativo formado por um presidente, um secretário e cinco conselheiros (todos da comunidade escolar).

Assim, como essa instituição visa o atendimento as crianças especiais é preciso algumas adequações, tanto na estrutura física quanto a busca de capacitação continua para os educadores, a fim de atendê-los da melhor maneira, visando uma busca pela aprendizagem eficaz e significativa.

3.3 Participantes

Este trabalho contou com a participação de:

- Professora An1, que atua com alunos do 4º ano (turma de 9 anos), em sala do Ensino Regular.

- Professora An2, que atua com alunos do 5º ano (turma de 10 anos), em sala do Ensino Regular.

- Professora An3, que atua na sala de recursos com todos os alunos do com necessidades especiais.

As participantes tiveram seus nomes codificados para preservar suas identidades.

3.4 Materiais

Para a realização do trabalho foram utilizados os materiais:

- 1 Lápis
- 1 Borracha
- 1 Caneta
- 100 folhas de Papel A4
- 1 Computador
- 1 Impressora
- Tinta para impressão

3.5 Instrumentos de Construção de Dados

Foi utilizado como instrumento de investigação neste trabalho: um questionário (Apêndice A), respondido pela Professoras An1 (ciclo 9 anos), An2 (ciclo 10 anos), An3 (sala de recursos multifuncionais). O instrumento possui 17 perguntas abertas que favoreceram a expressão dos sujeitos.

As participantes da pesquisa são professoras que trabalham há mais de 5 anos na rede pública de ensino, graduadas em Pedagogia e pós-graduadas em Psicopedagogia. A Professora An2 e An3 trabalham em jornada dupla, ou seja, os turnos matutino e vespertino na escola, enquanto An1 trabalha em um único turno que é o matutino.

Além disto, foram realizadas 03 observações, sendo 1 na sala da Professora An1, 1 observação na sala da professora An2 e finalizando com mais 1 observação feita na sala da professora An3, totalizando 3 observações que complementaram os dados levantados com a aplicação do questionário.

3.6 Procedimentos de Construção de Dados

A escola foi escolhida pelo fato de ter sido parte integrante do quadro de pessoal da mesma durante muitos anos. Alguns anos após minha saída, minha filha passou a frequentar a creche da escola, sendo atualmente aluna da professora An6 que não foi entrevistada pela pesquisadora. Por ter feito parte da escola sempre tive muitos contatos e liberdade junto ao quadro docente e direção. Senti, por experiência, os conflitos vividos por pais de crianças disléxicas, decidi estudar e investigar sobre dislexia, sendo este o momento específico para tal atitude, além de também ter trabalhado durante algum tempo com alunos disléxicos, o que aguçou ainda mais o estudo sobre o tema.

Marquei dia e hora para estar presente a escola, fui muito bem recebida e sem necessidade de muitas formalidades, entreguei a Carta de Apresentação para a Direção. Depois foi realizada a escolha das professoras que fariam parte da pesquisa. Para tal escolha foram utilizados como critérios: a) por trabalharem com

alunos disléxicos b) serem professoras recentes na escola e, portanto, desconhecidas da pesquisadora.

Em seguida fui conduzida a sala dos professores que se prontificaram a responder de imediato o questionário, sendo o mesmo entregue no dia seguinte. Antes, porém assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B).

3.6 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados coletados foi realizada a partir do diálogo com autores que tratam do tema sendo os resultados consolidados com as descrições das respostas e enriquecido com as informações obtidas durante as observações, sendo que os dados foram mantidos na íntegra respeitando a fala das professoras além de manter o sigilo e anonimato das mesmas.

Desta forma concretiza o enfoque sociocultural construtivista citado por Maciel e Raposo (2010) tendo em vista que a pesquisadora se torna co participante dos resultados.

IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário respondido pelas professoras procurou identificar as ações, estratégias, atividades, metodologias e avaliação utilizadas para ensinar os alunos, além de identificar as dificuldades encontradas pelas professoras para ensinar alunos com dislexia. Não poderia deixar de descrever a percepção que o professor possui sobre a Dislexia.

A primeira questão respondida pelas pesquisadas versava sobre o que entendiam sobre dislexia. Para a Professora An1, 4º Ano do (ciclo de 9 anos) “Dislexia é quando um aluno tem dificuldade de aprendizado da linguagem, podendo ser na leitura, na escrita, quando soletra, quando recebe ou passa informação através da língua. Também quando um aluno apresenta dificuldades em cálculos ou atividades matemáticas que envolvam atenção. Os alunos podem estar interessados, motivados, estarem com saúde auditiva e visual em ótimo estado e mesmo assim apresentarem dificuldades de aprendizagem.”

Já para a Professora An2, 5º ano (ciclo de 10 anos) “é um transtorno de aprendizagem. Percebe-se no educando uma dificuldade quanto a concentração, a percepção e organização espacial, como também transcrição fonética, dificuldade de lidar com mais de um comando por vez, organizar-se no espaço máximo, entre outras coisas.”

E, para a Professora An3 da sala de recursos multifuncionais: “Tenho conhecimento de que a Dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente, muitas vezes sutil e até genial, mas que aprende de maneira diferente...”

Para as Professoras An1, An2 e An3, portanto a definição de dislexia vem de encontro as definições de vários pesquisadores como Olivier (2010) que faz uma referencia ao termo levando em consideração a origem da palavra

“dis” – dificuldade e “lexia” – linguagem, entende-se que a dislexia seja uma dificuldade na aquisição da linguagem. [...] o termo disléxico deve definir o individuo desprovido de capacidade na aquisição desse conjunto de palavras. (OLIVIER, 2010, p. 47).

A Associação dos Disléxicos faz uma referencia ao termo como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a

dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula. Pesquisas realizadas em vários países mostram que entre 05% e 17% da população mundial é disléxica.

Dando segmento na pergunta dois foi solicitados que as professoras dissessem se em sua sala existiam educandos com diagnóstico de dislexia. Como foi o seu procedimento inicial com relação a estas crianças?

Foi respondido pela Professora An1 que tem alunos especiais em sala: “E que a princípio procurei verificar quais eram as dificuldades dele através da observação das respostas orais e escritas nas atividades propostas em todas as disciplinas. Verifiquei timidez ao se expressar, algumas trocas de letras nas atividades escritas, agrupamento de palavras, omissão de letras aleatoriamente e inquietação.” A Professora An2 respondeu que “no início foi difícil mas o procedimento inicial foi colocar a aluna mais a frente com o objetivo de prender sua atenção”.

Já a Professora An3 que trabalha na sala multifuncional disse que “tem alguns alunos com diagnóstico e que trabalho no Atendimento Educacional Especializado que também possui dentre as várias dificuldades de aprendizagens, crianças com patologias associadas, deficiências físicas, deficiências mentais distintas e também crianças com Dislexia.”

Informa ainda que não é uma tarefa fácil conhecer o cérebro dos disléxicos. Por isso, se torna necessário o aprofundamento dos fundamentos psicolingüísticos da lectoescrita. Particularmente é bom lembrar que as dificuldades são específicas e bastante individualizadas isto é, os disléxicos são incomuns, diferentes, atípicos e individualizados com relação aos demais colegas de sala de aula bem como aos sintomas manifestados durante a aquisição, desenvolvimento e processamento da linguagem escrita.

An3 ainda comentou que “quanto ao diagnóstico: superficialmente foi feito apenas por mim, (duas crianças possuíam laudo, as outras não) dessa maneira, embora eu tenha conhecimento de que o diagnóstico real e efetivo que qualquer professor/educador precisa realizar com tranquilidade seu trabalho é o diagnóstico final, concluído sob vários olhares diferentes de uma equipe multidisciplinar formada por psicóloga, fonoaudióloga e psicopedagoga clínica, isso após terem realizado uma minuciosa investigação. Essa mesma equipe deve ainda garantir uma maior abrangência do processo de avaliação, verificando a necessidade do parecer de outros profissionais. Outro procedimento muito valioso é a *anamnese*”.

Porto (2009) faz uma referência interessante em seu livro usando as palavras de Fonseca, (1995),

nos nossos dias, não existe nenhum modelo ou método de avaliação válido conhecido que verdadeiramente identifique em estudante com dificuldades de aprendizagem, ou que detecte uma ineficiente leitura ou escrita, disfunções cognitivas na resolução de problemas de cálculo, ou mesmo problemas na fala. (FONSECA,1995, p.73 citado por PORTO, 2009, p. 59).

Pela complexidade existente na dislexia esta autora diz que as avaliações são ineficientes, pois “as dificuldades não decorrem somente de uma única etiologia para detectar uma dificuldade é necessário levar em consideração uma diversidade de sintomas”. Os diagnósticos multidisciplinares todavia são relativamente limitados na inferência de métodos e estratégias de intervenção, e ainda pouco validos em amostras bem selecionadas.

A pergunta três se referia as dificuldades em trabalhar com estes educandos e quais seriam as mesmas.

A Professora An1 foi objetiva ao dizer que “no início sentia dificuldade mas a partir do momento que o contato diário com o aluno se apresenta passa a perceber como ele escreve, como se expressa e quais as dificuldades dele, portanto o trabalho não fica tão difícil! Passa a mostrar para o aluno onde ele está errando, como corrigir, como escrever e falar corretamente”.

An2 “**não** senti dificuldade com a aluna, porque a mesma é interessada, meiga e carinhosa. Também tem apoio dos pais, profissionais especializados o que facilita o trabalho pedagógico.”

A Professora An3 disse que **Sim**. “Pois, por toda complexidade do que, realmente, é Dislexia; por muita contradição derivada de diferentes focos e ângulos pessoais e profissionais de visão; porque os caminhos de descobertas científicas que trazem respostas sobre essas específicas dificuldades de aprendizado têm sido longos e extremamente laboriosos, necessitando, sempre, de consenso, é imprescindível um olhar humano, lógico e lúcido para o entendimento maior do que realmente seja Dislexia.”

Para a questão quatro a escola oferece apoio pedagógico para atender a estas crianças e quais seriam eles.

A Professora An1 respondeu que **Sim**. O aluno em questão tem acompanhamento no Centro de Atendimento Multidisciplinar. Participa do projeto

mais educação, onde participa de oficinas que lhe dêem maior conhecimento da língua portuguesa, cálculos matemáticos, linguagem corporal através da capoeira e do taekwondô. Temos suporte em jogos pedagógicos, orientação pedagógica, sala de suporte informatizado, internet.

A Professora An2 disse que a escola oferece apoio como, por exemplo: Sala de Recursos e material pedagógico.

An3 respondeu que - **Sim**. “Mais ainda não é suficiente.” E ainda acrescentou que “as tecnologias assistivas, a informática, vídeos, aparelho de som, todos os recursos além dos jogos pedagógicos, são materiais de grande suporte, mas ainda falta o essencial. A capacitação dos profissionais envolvidos no processo, treinamentos, discussões e debates, e o mais importante a aplicação da prática pedagógica eficiente.”

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/96 em seu artigo 59, inciso III é garantido ao educando com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. O artigo da Lei em questão assegura o direito. No entanto, é necessário que se faça a preparação da escola, na formação de professores para enfrentar o desafio com propostas inovadoras e encorajá-los a refletirem sobre as questões da educação inclusiva, e desta forma estabelecer relações com a prática e a teoria, ofertando assim um ensino de qualidade. Segundo Perrenoud (2002, p 36) “A formação inicial e continuada, embora não seja o único vetor de uma profissionalização progressiva do ofício de professor, continua sendo um dos propulsores que permitem elevar o nível de competência dos profissionais.”

A questão cinco estava relacionada a metodologia, ações e estratégias utilizadas pelas professoras, e as respostas foram as seguintes:

A Professora An1 “disse que prepara para os alunos as mesmas atividades dos outros. Diante dos erros e acertos que ele apresenta, faço intervenção individualizada. A partir da correção dos próprios erros ele passa a perceber como precisa fazer para não errar novamente. Quando as atividades precisam ser repetidas, nos exercícios de fixação, digo que ele faça uma revisão dos erros antes de entregar. Normalmente são trocas de f e v, letra T sem ser

cortada, ausência de ~ ou ^ , então após a correção do aluno, marco com lápis, abaixo dos erros e devolvo para que ele novamente faça as correções. Se ainda assim ele não identificar, escrevo no quadro para que ele então corrija. “

Já a Professora An2 disse que consegue fazer um atendimento individualizado, com algumas dificuldades que são sanadas com o Coordenador.

A Professora An3 disse que “compreende as causas pelas quais uma criança tem dificuldades na sua lectoescrita é de suma importância para encontrar estratégias adequadas para enfrentar essa dificuldade. Nem todas as crianças que têm dislexia apresentam as mesmas características, sendo a mais evidente e comum entre elas apresentarem dificuldades na leitura e na escrita. Acredito que a forma mais eficaz de trabalhar com alunos disléxicos ou portadores de qualquer dificuldade de aprendizagem, demanda um pouco mais de trabalho e organização”. A Professora An3 acrescentou a sua resposta as seguintes dicas, que são alguns critérios utilizados por ela para trabalhar com disléxicos.

- * Conhecer os fatores individuais presentes e passados que tenham favorecido ou perturbado o desenvolvimento da criança.

- * Verificar se as dificuldades foram hereditárias ou adquiridas.

- * Investigar as possibilidades dos alunos conforme sua maturidade afetiva e intelectual.

- * Ajustar os aspectos anteriores para determinar os objetivos da aprendizagem para cada aluno ou grupo de aluno em particular.

- * Planejar cada conteúdo/aula como proposta integradora de aquisição como proposta integradora de aquisição de conhecimento.

- * Realizar avaliação do processo de ensino de forma qualitativa e não quantitativa de seus resultados alcançados.

- * Favorecer a alternância de atividades individuais e coletivas.

- * Trabalhar com o aluno e não para o aluno afim de que ele mesmo perceba a construção de todo processo de ensino-aprendizagem.

- * Favorecer o trabalho onde o aluno, escola e família tenham o mesmo objetivo comum.

- * Questionar. Os métodos de alfabetização em leitura levam em conta as diferenças individuais? Os métodos pedagógicos, com raras exceções, se propõem

a ser eficientes em salas de crianças ditas normais, mas se tornam ineficientes em crianças especiais.

* A dislexia não é uma dificuldade generalizada de leitura, ou seja, não envolve todos os módulos do processo leitor.

* Outro fator importante a ser observado é o de algumas crianças disléxicas tem dificuldades na coordenação motora que interferem na escrita e em outras habilidades, como dificuldades nas atividades que exijam coordenação motora fina além da escrita manual deficiente.

* Estimular o desenvolvimento da memória verbal de curto prazo.

“É preciso que os professores e demais alunos estejam cientes da importância de aumentar a auto-estima do aluno disléxico. É imprescindível que as habilidades e não somente as dificuldades sejam reconhecidas”. (An3).

Quanto a esta questão Porto (2009) faz uma observação interessante não sobre uma metodologia específica mas uma das estratégias que deve ser utilizada por professores que tem em suas turmas alunos disléxicos ou qualquer outra necessidade:

Na interação entre professor e aluno, estabelecida na escola, a afetividade e a cognição exercem influência decisiva. [...] desta forma, o trabalho mais importante a ser desenvolvido pelo professor com os alunos é o incentivo dos motivos que eles trazem. Cabe ao professor tornar o processo de aprendizagem incentivador, em si mesmo, levando as crianças a direcionar toda sua energia e sua motivação no enfrentamento dos desafios intelectuais de construção do conhecimento. (PORTO, 2009, p. 46).

Para a questão seis foi perguntado se já leu ou até mesmo estudou algum artigo sobre dislexia. Foram unânimes em dizer que **Sim**. A Professora An3 ainda acrescentou que “lê vários artigos, pesquisas e está em constante busca de aprendizado, para melhor compreensão não apenas do que seja Dislexia, mas de outras dificuldades de aprendizagem”.

Na questão sete foi perguntado as professoras se elas acham que o educando com dislexia deve ter algum tratamento diferenciado na aprendizagem escolar? Por que?

An1 disse que “ele deve ter um atendimento especializado nas correções de atividades avaliativas, pois os seus erros são provocados pela “doença” e não pela falta de atenção ou não aprendizagem”.

An2 disse que **sim**, pois “devido a diversidade e a dinâmica de aula a professora tem um olhar diferenciado para cada situação apresentada pelo aluno”.

An3 afirma que “**com certeza**, pois os métodos de alfabetização em leitura são determinantes para uma ação eficaz ou ineficaz no atendimento educacional, especialmente aos disléxicos. A dislexia é uma dificuldade específica em leitura e, como tal, nada mais criterioso e necessário do que o entendimento claro do processo da leitura ou do entendimento da leitura em processo. Esse automatismo leitor exige domínios na fonologia da língua materna, especialmente a consciência fonológica, isto é, a consciência de que o acesso ao léxico (palavra ou leitura) exige conhecimentos formais, sistemáticos, escolares, gramaticais e metalingüísticos do princípio alfabético do nosso sistema de escrita, que se caracteriza pela correspondência entre letras e fonemas que leva em sua construção um longo tempo, e se tratando do disléxico, este tempo será ainda maior”.

Na questão oito diz se acreditam que existam políticas públicas voltadas para este transtorno? Comente.

A Professora An1 acrescentou que “já existem seminários e discussões acerca do assunto, solicitando subsídios que desenvolvam políticas públicas para a dislexia. Hoje em dia a palavra já deixou de circular só nas escolas e é veiculada na mídia, no rádio, na TV e, principalmente na internet.”

A professora An2 respondeu que “**não existe**”.

Já a professora An3 disse que “acredita que existam, porém ineficazes. Infelizmente, por descaso, fatores burocráticos ou outros motivos, ainda se arrastam a passos lentos dentro do ambiente escolar. A falta de conhecimento de todos os envolvidos (família, corpo docente, sociedade), com o educando disléxico, torna o processo de construção do conhecimento para este aprendiz pouco significativo. A dislexia é causa ainda ignorada de evasão escolar em nosso país, e uma das causas do chamado “analfabetismo funcional” que, por permanecer envolvida no desconhecimento, na desinformação ou na informação imprecisa, não é considerada como desencadeante de insucessos no aprendizado”.

A Professora An3 acrescentou mais algumas observações a esta resposta. Ela disse que “é necessário que se faça realmente algo diferenciado, ou seja, leis que garantam a identificação precoce na rede pública e o encaminhamento das crianças ao sistema de saúde, uma vez que esta pratica, cada vez mais, tem sido questionada nas diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, Medicina,

Psiquiatria, cujo objetivo é acolher a família e os envolvidos na educação do portador do transtorno, bem como abordar alguns temas que irão auxiliá-los a compreender melhor seus filhos e alunos. Com este entendimento, professores e pais terão mais informação para interagirem de forma mais adequada na dinâmica familiar e escolar”.

An3 foi enfática quando disse que “necessitamos de medidas adequadas, que realmente saiam do papel, se desejamos ter educação de qualidade. Precisamos esclarecer alguns pontos como: O que pensam as escolas sobre as crianças disléxicas? O que sabem seus professores e gestores educacionais sobre dislexia? Quais as orientações as famílias possuem para lidar com filhos disléxicos?”

Segundo Fonseca (1995) citado por Porto (2009)

Na última década, os diretores escolares, os legisladores, os professores e os demais responsáveis políticos da educação necessitam de informações válidas, não de opiniões como ponto de referência para fazerem os seus julgamentos e tomarem as suas decisões. Todos os atores de educação possuem um conceito muito subjetivo do que é uma criança ou um jovem com dificuldades de aprendizagem, sem contudo se avaliarem os seus fundamentos científicos. As decisões de política educativa têm-se baseado preferencialmente também em informações e em dados de pesquisa. (FONSECA, 1995, citado por PORTO, 2009, p.56).

A autora ainda continua com suas próprias palavras dizendo que:

As crianças e os jovens com dificuldades de aprendizagem, para serem identificados como tal, deveriam implicar a observância de uma gama de atributos e características cognitivas e comportamentais que deveriam constituir uma “taxonomia educacional” e consubstanciar com propriedade uma definição teórica estável. [...] as dificuldades de aprendizagem tem sido uma área obscura situada entre a “normalidade e a defectologia. (PORTO, 2009, p.57).

Sendo assim, torna-se difícil existir políticas públicas específicas para a dislexia.

Na questão nove, foi perguntado se há algum tratamento especial com relação a dislexia,

Somente a Professora An3 respondeu a questão e “acredita que na verdade há vários caminhos, ou possibilidades que facilitam o

tratamento/acompanhamento da criança disléxica, implicando para tanto vários profissionais envolvidos no processo. O grande desafio é, situar as pessoas envolvidas (pais, professores, profissionais) a ajudá-las a aumentar a confiança em si mesmas, a acreditar em suas capacidades. É saber que as pessoas aprendem de maneiras diferentes. É necessário o olhar de observação, de detecção de problemas, saber como dar feedback definir como e quando intervir são importantes. Os disléxicos precisam de um ambiente seguro, estimulante, onde os erros sejam permitidos e assumir riscos seja incentivado. Na área pedagógica é muito importante o papel do professor/educador, ele será o facilitador da construção da aprendizagem. Este deverá promover o que chamamos de adaptações curriculares de acordo com a necessidade de cada aluno”.

Shaywitz (2006, p. 106) recomenda que se faça um diagnóstico precoce, desde tenra idade, antes mesmo da pré escola. Os pais deverão observar a fala da criança quando bebê, listando observações e preocupações. Tanto pais quanto professores devem monitorar de perto o progresso de uma criança quando lê. Desta forma facilita diagnósticos e tratamentos no futuro.

Na questão dez foi perguntado se os alunos percebem que são tratados de maneira diferente.

A Professora An1, An2 e An3 foram claras e objetivas respondendo que **não**, “eles não percebem.”

A questão onze estava relacionada a avaliação, ou seja, como é realizada a avaliação dessas crianças.

A Professora An1 disse que “diante de erros e acertos ela faz as intervenções. “

An2 respondeu que “a aluna que estuda na minha sala, devido ao tratamento realizado com a mesma desde pequena, não precisa ser diferente a avaliação’.

An3 respondeu que “em se tratando dos alunos atendidos no Atendimento Educacional Especial, as avaliações ocorrem através de observações durante as atividades trabalhadas. Os alunos geralmente tem mais tempo para responder a prova e contam com a ajuda para ler textos ou fazer redação produções de textos.

Para Porto (2009) o

objetivo da avaliação psicoeducacional deve levar-nos aos mais válidos métodos pedagógicos e reabilitativos, subentendendo uma

estreita e intrínseca relação entre o diagnóstico e a intervenção. [...] Mas a avaliação psicoeducacional das competências simbólicas não têm ainda relevância educacional. (PORTO, 2009, p. 60).

Neste sentido Bittencourt (2006, p. 47) contribui com seus estudos sugerindo algumas recomendações relacionadas a avaliação:

*Realizar sempre que possível avaliações orais;*Prever tempo extra para realização de testes escritos;*Valorizar o conteúdo sobre a estética em trabalhos manuscritos.*aceitar trabalhos feitos com auxílio de editores de textos.*Privilegiar atividades praticas, tais como trabalhos variados, pesquisas, estudos, laboratórios, seja em grupo ou individual.*Observar comportamentos e atitudes identificados nos objetivos da escola tais como responsabilidade, disciplina, respeito, ética, etc.*Ler as questões oralmente antes do inicio da prova, certificando-se da compreensão das mesmas. (BITTENCOURT, 2006, p. 47).

A questão doze esta relacionada ao educando disléxico ficar retido na série que esta cursando.

A Professora An1 disse que “não acho que deva ficar retido simplesmente. Devemos sim fazer um acompanhamento criterioso. Se ele não reter nenhum conhecimento, **sim**. Se ele conseguir fazer as atividades, conquistar suas notas, através das correções diferenciadas, do trabalho de revisão constante, do acompanhamento diário, deverá sim ser promovido às séries seguintes acompanhado de relatório para que o próximo professor possa dar continuidade ao processo.”

Já a Professora An2 disse que “todo aluno da Educação Especial precisa de um tempo maior de aprendizagem”.

A Professora An3 disse que “esta é uma questão bastante complexa. Deve-se ter a preocupação desenvolver o aluno dentro de todas as suas potencialidades e capacidades, observando-se os seus direitos como disléxico. Não acredito que a promoção para serie subsequente sem embasamento, dê subsídios para que o aluno obtenha bons resultados ao longo de seu processo escolar, mas outro fator fundamental é a retenção por falta de conhecimento. Por isso as intervenções são extremamente necessárias, atendimento com especialistas, professores/educadores que conheçam a fundo o que é Dislexia, o processo de construção de aprendizagem do aluno com este transtorno, quais as garantias legais que ele possui, e o aproveitamento da extensão da terminalidade. É uma questão muito delicada e que deve ter todo o cuidado ao ser tomada qualquer decisão quer

seja como aprovação, quer seja como retenção. Cada caso, deve ser analisado de maneira criteriosa e individual”.

Morais (1997, p. 95) diz que “fica claro que o diagnóstico da criança disléxica é algo muito complexo, que envolve várias áreas e, na maioria das vezes, é necessária a opinião de diferentes profissionais para se conseguir um diagnóstico perfeito”. Antes de tomar qualquer decisão quanto a retenção ou aprovação é necessário um diagnóstico preciso do disléxico, desta forma estará evitando qualquer constrangimento futuro para a criança.

Para a questão treze foi solicitado que os pesquisados informassem os tipos de atividades que sugere para trabalhar com estas crianças.

An1 disse que os “jogos, leitura, fixação, recursos tecnológicos, escrita.”

An2 disse que o que “se deve é trabalhar as mesmas atividades com os alunos, quando apresenta dificuldade de forma diferenciada.”

A professora An3 disse que deve-se:

“*Ler histórias compreensíveis para a idade da criança ajuda a enriquecer o vocabulário. Faça da leitura um hábito. Peça para a criança ler textos do seu interesse durante 10 minutos por dia.

*Brinque com jogos educativos e softwares em família. Eles desenvolvem a leitura, a memória, a atenção e outras áreas importantes do cérebro. Além da prevenção dos laços afetivos familiares, atualmente tão banalizados.

*Use computador e gravador, principalmente para digitar textos, resumir matérias e gravar aulas.

*Mostre conceitos abstratos, como água saindo do estado líquido para vapor. Exemplos visuais são fáceis de ser compreendidos.

*Utilize jogos de percepção visual como: jogo da memória, domino, labirinto, quebra-cabeça, cilada, brincadeira da força, soletrando e outros mais, para estimular a concentração e as memórias de curto e longo prazo.

*Atividades de recorte de jornais e revistas, classificação, observação, leitura e registro de palavras são importantes para o desenvolvimento da memória e da escrita de acordo com os padrões exigidos.

*Estimule o desenvolvimento da memória de curto prazo, através de jogos onde a criança devesse seqüenciar números ou letras como decorar números de telefones úteis ou de pessoas conhecidas, fatos ou datas como dos dias da semana,

meses do ano e datas comemorativas, lembrar instruções ou regras pré-estabelecidas durante cada rodada de jogo é uma boa sugestão para o desenvolvimento da criança disléxica.

*A criança disléxica deve ser muito bem orientada; as atividades devem ser claras, objetivas e organizadas, isto, inclui não passar muitos comandos diferentes ou mais complexos de uma vez só”.

Bittencout (2006) faz algumas recomendações com relação a algumas ações pedagógicas que devem ser tomadas com os alunos para que amenize as dificuldades como:

Diminuir as atividades extraclases envolvendo leitura e escrita; Evitar textos longos, usados materiais que permitam a visualização de ilustrações e figuras; Permitir, se necessários, recursos tecnológicos como, por exemplo, gravadores, calculadores, e outros meios informáticos tais como corretores, dicionário e leitores.; Ensinar a fazer resumos, sintetizando os conteúdos das explicações.; Verificar discretamente se o aluno copiou adequadamente da lousa. (BITTENCOURT, 2006, p. 46).

Na questão catorze foi perguntado se estes educandos têm o apoio das famílias, e como isto acontece.

A Professora An1 disse que “todas as vezes que pude conviver com alunos disléxicos, a família esteve presente e consciente do assunto. Isso é de extrema importância para que a motivação, a auto estima esteja sempre presente no aluno. A família deve acompanhar as dificuldades e os sucessos. Deve estar atenta principalmente as conquistas que ele alcança, pois é aí o momento propício para elogiar e saber qual o melhor caminho para ajudá-lo na aprendizagem”.

A Professora An2 disse que “as crianças tem o apoio das famílias, e muito”.

Já a Professora An3 disse que “geralmente não. Em sua maioria, as crianças aparentam ser desassistidas pela família, talvez pelo desconhecimento das causas que levam a um possível atraso escolar. Aparentemente, as famílias não dão muita importância ao processo de dificuldades em que a criança esta envolvida. Dificilmente manifestam sua preocupação junto ao corpo docente e quase nunca procuram ajuda por conta própria. Quando há necessidade de retenção desta criança, encontramos duas situações distintas: Ou não houve possibilidade de

proporcionar ajuda a esta criança, principalmente relacionado as atividades extra-classe, porque os responsáveis estão sempre muito ocupados ou no próximo ano ela faz melhor, pois precisa aprender a se virar sozinha”.

Paniagua (2004) faz uma referencia importante a este respeito. Ele diz que:

Diante de todas as dificuldades, é preciso ressaltar que muitas famílias conseguem altos níveis de adaptação e de satisfação. São muitos os pais que acompanham o crescimento de seus filhos com verdadeiro entusiasmo, embora sempre exista um fundo de preocupação. (PANIAGUA, 2004, p. 330).

A pergunta quinze se referia a postura das pessoas relacionadas a escola com relação aos alunos disléxicos.

A resposta da Professora An1 foi que o “**Coordenador** – Suporte apontando possíveis atividades, reuniões com os familiares, jogos e parcerias”; Os “**outros professores** – troca de experiências, oferecendo sugestões de atividades”; Já “**os pais** – acompanhamento freqüente, continuo, trocando informações e sugestões.”

Para o Professora An2 o “**Diretor, o Coordenador, outros professores** procuram da melhor forma ajudar, e **os pais**, muitos deles ignoram”.

A Professora An3 disse que “o **Diretor** tenta fazer da melhor maneira possível seu trabalho mas como o dono da verdade.” O “**Coordenador**: na tentativa de aplicar sua prática pedagógica dentro do bom conhecimento que se tem deste transtorno, mas há resistência por parte dos demais componentes do corpo docente.” Os “**outros professores**: há uma falta de conhecimento e maior interesse em compreender as diferentes maneiras de aprender e conseqüentemente ensinar.” Resumindo: Falta aquele “olhar inclusivo”, necessidade de aplicar o principio da alteridade (capacidade de se colocar no lugar do outro). De fato, precisamos de profissionais capacitados para tratar da questão não apenas nos consultórios de psicólogos ou psicopedagogos, mas principalmente em sala de aula, que é o ambiente social em que todo e qualquer indivíduo deve ser cuidado. Com relação **aos pais**: há falta de informação da família, é um fator que precisa urgentemente ser mudado, pois a criança aprende de si mesma ou de sua imagem a partir do recebe de seus pais, como estes geralmente não tem conhecimento nenhum do que seja dislexia, acabam por rotular seus filhos, causando um grande dano para eles.

A Professora An3 ainda acrescenta que “em alguns casos específicos, cujos coordenadores – pais - professores possuem filhos com este transtorno, os mesmos, possuidores de um olhar mais aguçado, cuidadoso, maduro e possuidores de grau cultural mais elevado, procuram através de intervenções, ajuda de demais profissionais, atendimento especializado que seja clínico ou psicopedagógico para suas crianças. Neste processo, ocorre a divulgação do que seja a dislexia, as dificuldades encontradas e ganho para quem tem a oportunidade de abrir os olhos para as diferenças que ocorrem dentro do processo ensino-aprendizagem”.

Para Paniagua (2004) as

necessidades educativas especiais supõem um esforço coordenado entre família e escola. Nem sempre, porém, é fácil colocar em prática essa colaboração. [...] a família e a escola educam a criança compartilhando o interesse comum de fazer-lhe bem e de ajudá-la ao máximo, mas para uns trata-se de seu filho e para outros de um aluno. [...] uma verdadeira colaboração em nível de igualdade passa pelo respeito mútuo e supõe um certo nível de confiança. (PANIAGUA, 2004, p. 343).

Para a questão dezesseis foi perguntado qual o método que utiliza para trabalhar com os alunos e qual considera mais eficaz.

A Professora An1 disse que “inicialmente faz uma exposição do assunto (matéria), as atividades ela deixar que façam sozinhos – autonomia. Além disto, ela faz uma reflexão com os alunos relendo para verificar se encontra erros. Marco os erros para que ele mesmo corrija, também marco no quadro para que ele mesmo corrija, além de lhe pontuar os acertos e sucessos”.

An2 disse que “procura identificar possíveis casos e procurar ajudar.”

A Professora An3 disse que “não existe uma receita única, um método eficaz. Cada criança é um ser humano único e importante. Respeitar esta individualidade, aceitar diferentes formas de pensar, de sentir, de agir e de aprender é o ponto fundamental na educação destas crianças. Quando surgem dificuldades neste processo estas não devem ser enfocadas isoladamente. Devemos experimentar vários métodos, vários saberes e adequar para cada criança, aquele que lhe proporcione melhores resultados. Pensar, organizar, planejar, refletir, repensar, ter objetivo e muitas vezes replanejar. Estes são alguns critérios que se forem utilizados, fará grande diferença nos resultados que se deseja alcançar”.

Marchesi (2004) diz que

é preciso levar em conta a relação que se estabelece entre o professor, o aluno e o conteúdo da aprendizagem. É esse triângulo interativo que permite explicar o que ocorre quando um aluno aprende determinados conteúdos devido a ação instrutiva de seu professor. [...] Finalmente, é preciso que o professor planeje a metodologia na sala de aula de tal maneira que os colegas também sejam um poderoso estímulo de construção dos conhecimentos, seja mediante o trabalho em grupos cooperativos seja mediante a ação tutorial por parte de outro aluno com maior nível de conhecimento. (MARCHESI, 2004, p. 46).

Neste sentido Capovilla (2006) citado por Bittencourt (2006) contribui muito com suas pesquisas e diz o seguinte:

O método multisensorial busca combinar diferente modalidade sensória no ensino da linguagem escrita das crianças, ao unir as modalidades auditivas visual.
Sinestésica e tátil este método facilita a leitura e a escrita ao estabelecer a conexão entre os aspectos visuais (a forma ortográfica da palavra). Adotiva (a forma fonológica) e sinestésica (os movimentos necessários para escrever aquela palavra). (CAPOVILLA, 2006, p. 2 citado por BITTENCOURT, 2006, p.46).

Para a questão dezessete foi perguntado se era desenvolvido alguma atividade em parceira entre as turmas. A Professora An1 disse que “**sim**, havia uma parceria em trocas de informações, atividades de sucesso, possíveis jogos e como utilizar, dificuldades encontradas e solicitação de apoio em outras turmas”.

A Professora An2 também disse que “há a parceria, e elas acontecem com a troca de experiências e estudos. Geralmente estes estudos são no Centro de Atendimento Multidisciplinar (CENAM) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala multifuncional”.

Já a Professora An3 disse que “as vezes, isto acontece. Através de planejamentos de atividades de acordo com as necessidades de cada aluno. Discussão e troca de relatórios e registros das atividades trabalhadas com o educando, os objetivos propostos para cada uma delas e, conseqüentemente qual a compreensão adquirida pelos educandos”.

Marchesi (2004) faz uma observação interessante sobre o conhecimento mútuo, a aceitação, a interação e o trabalho coletivo entre colegas,

são claramente diferentes e estão profundamente inter-relacionados, mas não se pode perder de vista a dimensão afetiva e a auto-estima dos alunos. É importante não esquecer três características que asseguram resultados mais positivos a tais relações.

- Muitas das atividades conjuntas devem ser cuidadosamente planejadas.
- Deve haver oportunidades para a cooperação.
- O professor deve estar vigilante e a uma certa distância. (MARCHESI, 2004, p. 47).

4.1 Relato das Observações

Observação 1 – Sala da Professora An1

Assunto: Zona Rural e Urbana – confecção de maquetes

Objetivo: Trabalhar a socialização

Conhecer os diferentes tipos de população.

Materiais: Isopor, Cartolinas, papelão, tinta, amaciante de roupa, gel, brinquedos, areia, papel crepon.

Desenvolvimento: O trabalho já havia sendo desenvolvido há mais de uma semana, já se encontrando na segunda semana. Na primeira semana fizeram um passeio no sítio do Zaca, próximo a escola. Também foram a Usipa, clube recreativo e ecológico da região. Com estes passeios foram mostrados e enfatizados as diferenças de locais como: vegetação, de população, de animais, até mesmo do solo.

A turma foi dividida em grupos. Cada grupo com 4 alunos.

Cada grupo deve fazer uma maquete dos tipos de população que haviam visto. A professora deixou livre para a escolha do local específico que os grupos quisessem fazer. Mas não deixou nenhum aluno sem atividade.

Avaliação: Apresentação dos trabalhos na feira cultural da escola para a comunidade.

Comentários: Observei que a professora se envolveu no trabalho, com calma e atenção, procurava de várias formas envolver os alunos em alguma atividade.

Alguns alunos não queriam participar, caminhavam muito na sala. Ela chamava este aluno e oferecia outro recurso.

Foi um trabalho interdisciplinar com matemática e ciências.

Observei também que quando as aulas não eram em grupo a professora dava assistência individual na mesa. Os alunos eram muito inquietos.

Importante ressaltar que houve aprendizagem devido as explicações que os alunos deram na feira cultural. Mas percebe-se que aprendizagem aconteceu não da forma como se esperava, apesar do esforço, a sala era muito cheia (32 alunos) com alunos com múltiplas dificuldades. Não houve certamente cem por cento de aprendizagem.

Observação 2 – Sala da Professora An2

Assunto: Funcionamento dos órgãos

Objetivo: Identificar os diferentes órgãos do aparelho digestivo
Conhecer o funcionamento do aparelho

Materiais: Livros, Cartazes do corpo humano, cartolinas, giz cera.

Desenvolvimento: Alunos sentados de dois a dois devem desenhar olhando no livro o aparelho digestivo. Fazer uma apresentação para a turma explicando a função de cada órgão.

Avaliação: Apresentação para a turma.

Comentários: A Professora An1 mesclou as duplas colocando um mais fraco com um mais forte. Ela também passava de carteira em carteira explicando as dúvidas que apresentavam. A sala era tranqüila, com muitos alunos mas eram mais disciplinados que a turma da Professora An2.

A metodologia utilizada era a aula expositiva e o trabalho em duplas.

Observei que a professora procura envolver os alunos no processo, embora apresentem dificuldades em conceituar método e metodologia. Ela procura ao máximo envolver o aluno, buscando atividades interessantes. Utiliza as vezes alguma atividade de outra sala, mas a maneira de trabalhar com a atividade é diferente.

Observação 3 – Sala da Professora An3

Assunto: Formação de novas palavras

Objetivo: Proporcionar atividade que estimule o raciocínio lógico e a resignificação da construção da escrita.

Conteúdos: análise da dificuldade predominante (fonológica ou gramatical)

Recursos: lousa e giz

Desenvolvimento: *Escrever algumas sílabas no quadro e pergunta quais palavras poderiam se escritas utilizando-as como início da palavra.

*Depois perguntar quais palavras conseguiria escrever se elas estivessem no final da palavra.

*Por ultimo, o professor convidara a criança para escrever algumas palavras que serão digitadas por ele.

*As palavras registradas deverão ser lidas por repetidas vezes, na intenção de que a criança desenvolva sua consciência fonológica.

*Ao final da aula, o aluno devera ser capaz de perceber os erros ortográficos através da própria leitura do que registrou no quadro, fazendo através d intervenção, correção da mesma.

*Solicitar que o aluno reescreva as palavras corrigidas em seu caderno.

Comentários: a professora em questão apresenta um domínio de conteúdo e dos alunos. Ela consegue atender todos em suas especificidades, pois são poucos alunos. Muito carinhosa e atenciosa com todos.

Não foi possível observar outras aulas devido ao tempo de trabalho da pesquisadora e o tempo para conclusão da pesquisa.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo estudar a inclusão de alunos disléxicos nas series iniciais do ensino fundamental, em uma escola pública de Ipatinga-MG.

Pode-se inferir que as professoras pesquisadas bem como a escola têm muitas dúvidas sobre a dislexia o que justifica devido a pouca literatura referente ao assunto. As professoras pesquisadas têm, em muitos momentos, boa vontade em buscar respostas para questionamentos, mas sem uma orientação, sem uma coordenação específica tudo fica muito difícil.

Embora o trabalho das professoras seja em turmas com alguns alunos; porque nem todos são disléxicos, nem todas tem um bom conhecimento sobre o assunto. Inclusive An2 apresentou um conceito vazio, sem complemento. Apesar de falarem em características não tem convicção do que estão falando, necessitando de maiores esclarecimentos. Houve em alguns momentos uma certa confusão com relação a dislexia e Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Isto comprovou as suspeitas da pesquisadora. Percebe-se uma boa prática das atividades, porém há de se ter muitas leituras e discussões sobre o assunto. Foi notado também que há uma diferença nos atendimentos das professoras devido a alguns fatores, como: An1 e An2 atendem turmas de 32 alunos, enquanto An3 tem um atendimento de 2 a 4 alunos nas suas dificuldades e especificidades. Seu atendimento é individualizado e ela consegue envolver o aluno como um todo.

O estudo permite inferir ainda, que houve algumas dificuldades em relação ao método e as ações metodológicas e estratégias desenvolvidas em sala de aula. As aulas são ministradas com seriedade, com responsabilidade, com carinho, mas percebe-se uma falta de ânimo, uma falta de energia, talvez uma avaliação de postura; não só das avaliações dos alunos, mas também dos professores, observações de detalhes que se forem notados farão diferença. Desta forma as estratégias não são dinâmicas, há uma tentativa única de se mudar para o entendimento dos alunos.

Com relação as limitações encontradas pelos alunos pode-se notar que são muitas, a começar pelo fato de não se sentirem realmente incluídos. Pois no decorrer do ano acontece de muitos serem deixados de lado devido ao tempo que os professores tem para apresentar um resultado das turmas.

Percebe-se também que apesar de ter alguns atendimentos voltados para os alunos com necessidades especiais, conclue-se que estes não são, “ainda”, suficientes. É necessário que se faça políticas públicas que realmente atendam a todos em suas especificidades. Além disto, os cursos de formações específicas para os professores são poucos, o que dificulta assim o atendimento de qualidade aos alunos com necessidades especiais.

Na escola em questão são muitas as dificuldades encontradas pelo professor, como falta de material, (jogos específicos), Falta de capacitação, porque os estudos que se faz não são constantes, falta local estruturado para o trabalho, pois o disléxico necessita de local mais apropriado, pois se distrai facilmente.

Este estudo proporcionou um olhar diferenciado dos profissionais que trabalham na escola. Com ele pôde-se verificar novas posturas, alguns questionamentos, um novo olhar sobre os conflitos e sentimentos dos alunos, novos conceitos sobre o processo de aprender a ler e escrever, um novo saber e um novo aprender. Um aprender de maneira grande as coisas pequenas. Muito acrescentou a minha formação profissional, pois foi possível encontrar nos estudos e nas observações da pratica dos alunos um caminho de aprendizado, e de transformação.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Daniel Sant Ana. Informática como alternativa compensatória da dislexia. Porto Alegre. Dezembro, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAPELLINI, Simone Aparecida; OLIVEIRA, Karina Tamarozzi. Problemas de Aprendizagem relacionados às alterações de linguagem. In: CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- CORRÊA, Rosa Maria. Dificuldades no Aprender. Um outro modo de olhar. Campinas. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- ECHEITA, Gerardo; MARTÍN, Elena. Interação Social e Aprendizagem. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995. Pág. 72/89.
- FONSECA, Vítor da. Introdução às Dificuldades de Aprendizagem. 2ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GARCÍA, Jesus Nicásio. Manual de Dificuldades de Aprendizagem Linguagem, Leitura, Escrita e Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GOMÉZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. Dificuldades de Aprendizagem – Detecção e estratégias de Ajuda. Cultural S/A: Edição MMIX, 2009.
- GONÇALVES, Vanda Maria Gimenes. Neuropsicologia dos Distúrbios de Aprendizagem. In: CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- LIMA, Sonia Helena Costa Galvão de. Dislexia Evolutiva: Revendo Concepções e Possibilidades Educacionais, Revista Eletrônica de Psicologia, Ano III, Nº 2, Edição 6. Janeiro/Junho de 2010 – Periodicidade Semestral.
- MACIEL, Diva Alburquerque & RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. Metodologia e Construção do Conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão. In:

KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília – DF, 2010. P. 73-102.

MARCHESI, Álvaro. A Prática nas Escolas inclusivas. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. P. 31-48.

MORAIS, Antonio Manuel Pamplona. Distúrbios da Aprendizagem: Uma Abordagem Psicopedagógica. São Paulo: EDICON, 1997.

OLIVIER, Lou d'. Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

PANIAGUA, Gema. As Famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. P. 330-346.

PORTO, Olivia. Bases da Psicopedagogia Diagnóstico e Intervenção nos problemas de aprendizagem. 4º Ed. Rio de Janeiro: Wak Edit, 2009.

RIESGO, Rudimar dos Santos. “Transtorno da Memória”. In: OHLWEILER, Lygia; ROTTA, Newra Tellechea. Transtornos da Aprendizagem. Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed. 2006. P.269/283.

ROMERO, Juan F. Atrasos Maturativos e Dificuldades na Aprendizagem. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. P. 53/71.

SÁNCHEZ, Emílio. A Linguagem Escrita e suas Dificuldades: uma visão Integradora. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. P. 90/112.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. O desafio de promover a aprendizagem significativa. In: Temas em Educação IV. Jornadas 2005. Pinhais-Paraná: Editora Futura Congressos e Eventos Ltda, 2005.

SHAYWITZ, Sally, Entendendo a Dislexia: Um novo e completo programa para todos os níveis de leitura. Porto Alegre: Artmed, 2006.

STAREPRAVO, Ana Ruth. Jogos e brincadeiras na aprendizagem de conceitos matemáticos. In: Temas em Educação IV. Jornadas 2005. Pinhais: Paraná. Editora Futuros Congressos e Eventos Ltda.

VALLE, Luisa Elena L. Ribeiro do. Cérebro e Aprendizagem. Um Jeito Diferente de Viver. São Paulo: Editora Tecmedd, 2004.

VALMASEDA, Marian. Os Problemas de Linguagem na Escola. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Trnstoros de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2ª edição. Editora Artmed, 2004. Pág. 72/89.

APÊNDICES

A – Questionário Para o Professor (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é **“Dislexia nas series iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de ensino regular na cidade de Ipatinga – MG”** e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Mirtes Maria Martins

- 1- Você sabe o que dislexia?
- 2- Em sua sala existe(m) educando (s) com diagnóstico de dislexia. Como foi o seu procedimento inicial com relação a estas crianças?
- 3- Sente dificuldades em trabalhar com estes educandos? Quais?
- 4- A escola oferece apoio pedagógico para atender a estas crianças? Quais?
- 5- Quanto a metodologia, quais são suas ações e estratégias desenvolvidas em sala de aula?
- 6- Você já estudou ou leu algum artigo sobre dislexia?
- 7- Você acha que o educando com dislexia deve ter algum tratamento diferenciado na aprendizagem escolar? Por quê?
- 8- Você acredita que existam políticas públicas voltadas para este transtorno? Comente.
- 9- Há algum tratamento especial com relação aos seus alunos disléxicos?

10- Eles percebem que são tratados de maneira diferente?

11- Como é feita a avaliação dessas crianças?

12- Você acha que o educando disléxico deve ficar retido na série que esta cursando? Por quê?

13- Quais os tipos de atividades você sugere para trabalhar com estas crianças?

14- Estes educandos tem o apoio da família? Como isto acontece?

15- Qual a postura das pessoas abaixo com relação aos alunos disléxicos?

a) Coordenador

b) Outros Professores

c) Pais

16- Qual o método que você utiliza em sala para trabalhar com seus alunos e qual considera mais eficaz?

17- Você e os outros professores da turma desenvolvem alguma atividade em parceria?

ANEXOS

A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a):

Escola: Olívia Palito

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar - ESDH

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Mirtes Maria Martins, sob orientação, da Profa. Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, cujo tema é: “Dislexia nas series iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de ensino regular na cidade de Ipatinga – MG” e que possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor Professor,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “Dislexia nas series iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de ensino regular na cidade de Ipatinga – MG”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa o preenchimento de um questionário, observações de situações rotineiras da escola. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico xxxx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Mirtes Maria Martins

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar - UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____
